



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682590 - SC (2021/0233838-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE : LEANDRO EDMILSON LESSA (PRESO)

CORRÉU : BRUNA BASSI MACHADO

CORRÉU : EDINEI LEANDRO BARBOZA RODRIGUES

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO EDMILSON LESSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0002358-48-2018.8.24.0135).

O paciente foi condenado às penas de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e de 800 dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática da infração penal disposta no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta a possibilidade de aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em favor do paciente, ao argumento de que a quantidade e a natureza da droga apreendida não justifica o afastamento do benefício penal e que não há outras provas da dedicação do apenado à prática de atividades ilícitas ou que integre organização criminosa.

Requer, liminarmente, a aplicação do redutor do tráfico privilegiado. No mérito, pugna pela concessão da ordem a fim de que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A propósito, no tocante ao afastamento do redutor do § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas, extrai-se o seguinte do acórdão impetrado (e-STJ fls. 753-755):

Quanto ao pedido de aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei n. 11.343/06, requerido pelos apelantes Edinei, Bruna e Leandro, é descabido, pois ficou devidamente comprovada a dedicação à atividade criminosa por parte dos réus.

Conforme assinalou o Magistrado sentenciante, "ressalto deixar de aplicar a causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, diante da natureza das drogas apreendidas (maconha, cocaína

- uma das drogas mais prejudiciais à saúde do usuário, que causa incontáveis danos à sociedade, principalmente por ser uma droga de grande dependência e extremamente nociva ao cérebro humano - e LSD), além da elevada quantidade [...], **além das cartas direcionadas a membros do Primeiro Grupo Catarinense - PGC, o que demonstra não se tratar de traficante eventual, mas de pessoa que se dedica à atividade criminosa, fazendo dela um importante meio de sustento**" (fl. 563 - processo digital).

Com efeito, o referido preceito prevê alguns requisitos, os quais devem ser preenchidos cumulativamente para então ser aplicada tal benesse, como bem analisou a doutrina:

[...]

Portanto, para ocorrer a redução, exige-se cumulativamente: (1) primariedade do agente; (2) bons antecedentes; (3) não dedicação às atividades criminosas; nem (4) integrar organização criminosa.

De pronto, é possível afirmar que os dois primeiros requisitos estão preenchidos, pois, de fato, os réus são primários e não possuem antecedentes criminais, como deixou assentado a Juíza quo no decreto condenatório.

No entanto, **diante das provas colhidas nos autos, permite-se concluir que eles se dedicavam as atividades criminosas.** (Original sem destaques)

Com efeito, em princípio, não se verifica a alegada inidoneidade da fundamentação, sobretudo porque, além da quantidade e da natureza da droga, foi considerada a existência de ligação do paciente com facção criminosa atuante no Estado catarinense.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência